ZÉTOLA, Bruno Miranda. *Política Externa e Relações Diplomáticas na Antiguidade Tardia*. Curitiba: Editora UFPR, 2010, 301p.

Danilo Medeiros Gazzotti
Mestrando em História
Universidade Federal do Paraná - Bolsista CNPq

● **Enviado em: 15/10/2012**
● **Aprovado em: 27/11/2012**

Bruna Miranda Zétola doutorou-se em História na Universidade Federal do Paraná em 2009. Como diplomata de carreira, serviu no Departamento Cultural do Itamaraty e, desde 2009, exerce a função de Adido Cultural da Embaixada do Brasil em Lima. O Presente trabalho é resultado da sua tese de doutoramento.

Com o desejo de conciliar a áreas acadêmica e diplomática, ambas de seu interesse, o autor resolveu dedicar-se ao tema da política externa e das relações diplomáticas no Ocidente tardo-antigo. Ao propor tomar a diplomacia como objeto de estudo Zétola não quis fazer um retorno à tradicional História Diplomática que se limitava a narrar os feitos de grandes estadistas na construção da grandeza nacional. O que o mesmo fez foi uma abordagem que analise um dos mais significativos elementos na cultura política no mundo antigo para melhor se compreender não apenas as relações entre os povos tardo-antigos e as estruturas políticas internas dessas unidades políticas, mas também a própria cultura política desse período.

O Estudo tem como recorte temporal o Ocidente Tardo-Antigo, o qual o autor entende como o território europeu compreendido pela antiga *Pars Occidentalis* do Império Romano. Mas isso não significa que o mesmo ignorou os sucessos políticos ocorridos no Oriente, pois muito deles terão significativas implicações para o sistema político do Ocidente tardo-antigo.

Para escrever esta obra, Zétola, propõe seguir sob o prisma teórico o caminho traçado por quatro autores consagrados no período da Antiguidade Tardia. O primeiro deles é Peter Brown do qual o autor utiliza o conceito de Antiguidade Tardia. O Segundo autor é Georges Duby, que tem o conceito de Ideologia proposto na obra "As três ordens ou o imaginários do feudalismo" utilizado por Zétola. O Terceiro teórico em que Zétola se ampara é a historiadora espanhola Valverde Castro que considera as duas dimensões- simbólica e material - da política externa como veículo de legitimação do poder monárquico. Por fim, o autor, utiliza-se da proposta de P. D. King, que considera o pensamento político das unidades políticas soberanas tardo-antigas como algo

heterogêneo e multifacetado. Além desses autores Zétola destaca que utiliza alguns referenciais próprios aos estudos das Relações Internacionais que também foram utilizados nessa obra, como os conceitos de diplomacia e de "unidade política soberana".

Sobre as fontes utilizadas nesse livro, o autor, destaca que teve que recorrer a um extenso número delas, isso deve-se ao fato de que as informações referentes às relações diplomáticas estarem diluídas em textos das mais diversas naturezas. O autor explica que por constituírem um elemento corriqueiro das comunicações políticas na Antiguidade Tardia, as missões diplomáticas e os processos de negociação entre soberanos não dispõe de um tratado normativo que sintetize regras processuais de envio de emissários, técnicas e recursos de negociação ou recomendação sobre como gerir a política externa de um reino. Esses elementos eram vivenciados na prática política quotidiana, de modo que a informação auferida do conjunto de relatos circunstanciais e isolados é que lhe permitiu sistematizar as relações diplomáticas do período.

Entre as fontes destacadas por Zétola cuja natureza propicia a obtenção de maiores detalhes sobre a política externa e a prática diplomática na Antiguidade Tardia estão em primeiro lugar as crônicas. Zétola destaca entre elas a de Idácio de Chaves, por a mesma ter dispensado mais atenção ao tema das relações diplomáticas e ter registrado a troca de legações sobre o prisma político. Uma segunda crônica utilizada é a de Gregório de Tours, que utiliza a troca de legações com recurso narrativo. Outra crônica empregada nessa pesquisa é de Pseudo-Fredegário, o qual não apresenta o envio de legações com mera informação, mas como recurso literário.

Além das crônicas, Zétola, utiliza-se das epistolas, as quais considera como outras fontes privilegiadas para o estudo das relações diplomáticas, pois por meio delas o historiador não encontra apenas o teor das negociações de importantes eventos políticos, mas também detalhes procedimentais que propiciam o entendimento dos padrões de comunicação política da época. Para este trabalho, Zétola recorreu a um epistolário variado, cronológica e geograficamente, que inclui a correspondência de nobres, como o senador romano Cícero, o aristocrata ostrogodo-romano Cassiodoro e o conde visigodo Bulgar; de bispos, com Avito de Viena e Bráulio de Zaragosa e de soberanos, como o visigodo Sisebuto e os reis da Austrásia.

Por fim Zétola utiliza-se também das fontes de cunho legislativo as quais mais do que aferir a prática quotidiana das relações diplomáticas, servem para desvelar o imaginário político coletivo de uma sociedade, assim como suas influências e suas dimensões ideológicas. Com essa intenção o autor recorreu a legislação romana, com destaque a Digesta de Justiniano, o Código Teodosiano e as Institutas de Gaio; assim como à legislação das monarquias romano-germânicas, em especial à Lei dos Burgúndios, que possui um capítulo referente ao envio de emissários.

O autor dividiu sua obra em quatro capítulos, cada um relativamente autônomo dos demais, pois os mesmos desenvolvem as variadas dimensões que compõem as relações diplomáticas na Antiguidade Tardia. Ao realizar esta divisão, o autor, propõe destacar, por diferentes prismas, os elementos que lhe pareceram essenciais para o entendimento das relações diplomáticas de qualquer período histórico: as relações de identidade e alteridade entre as unidade políticas soberanas, os padrões de comunicação política entre essas unidades, as motivações para essas comunicações diplomáticas e as implicações de poder delas decorrentes.

No primeiro capítulo o autor aborda o processo de construção política das monarquias romano-germânicas, com ênfase nas relações de identidade e alteridade do período. Segundo Zétola, com a desestruturação do Império Romano do Ocidente, os soberanos tardo-antigos precisaram empregar esforços para estruturar suas unidades políticas como soberanas. Para tanto, precisavam atuar em três dimensões, constituir um *populus*, definir uma *patria* e organizar um *regnum*. Neste capítulo o autor chega a conclusão de que apesar dos esforços para criar-se uma identidade monárquica, a identidade nobiliárquica "supranacional" constituía um expressivo óbice para esses projetos de unidades políticos-territoriais.

Segundo o mesmo diferentemente do que ocorria no Império Romano, nas monarquias tardo-antigas que o sucederam, os diversos níveis de identificação social- como o citadino, o aristocrático, o monárquico e o cristão - coexistiam sem que houvesse uma hierarquia muito clara de um deles sobre os demais. Por essa razão, os soberanos do período vão se esforçar por robustecer os laços de identidade de suas populações, com seus territórios e sua administração, isto é, vincular as *gente* às *patriae e submetê-las* aos *regna*. Para isso, valeram-se de recursos materiais, como a elaboração de códigos legislativos, e imagéticos, como a sacralização da figura do monarca.

No segundo Capítulo, Zétola, analisa a evolução da prática diplomática do mundo clássico para o mundo tardo-antigo. Segundo o autor, por meio da comparação diacrônica da seleção e da formação de emissários, das regras de protocolo, das técnicas de negociação e de outros elementos integrantes da atividade diplomática nota-se que há mais continuidades do que rupturas na comunicação política tardo-antiga. Segundo o mesmo isso deve-se ao papel da nobreza como instituição portadora dos traços culturais romanos, nesse momento revestidos de um verniz cristão.

Para o autor, as poucas rupturas que se verificam nos parâmetros de comunicação diplomática tardo-antigos se devem, sobretudo, à introdução dos cristianismo como um componente decisivo no horizonte do imaginário político da época. Para tanto, foi de fundamental importância o papel de bispos e de outras altas hierarquias eclesiásticas, que contavam com a esmerada formação intelectual e, por essa razão, eram solicitados pelos soberanos para integrar missões diplomáticas do

período. Esses indivíduos foram introduzindo, paulatinamente, alguns aspectos desdobrados da ideologia cristã no âmbito das relações diplomáticas do período.

O terceiro capítulo trata das perspectivas de política externa e das atuações diplomáticas na Antiguidade Tardia. Segundo o autor a desestruturação do Império Romano do Ocidente abriu caminho para um período extremamente dinâmico para as relações diplomáticas. Com efeito, no lugar de uma entidade política apenas passaram a coexistir diversas unidades autônomas, aumentando a complexidade das comunicações do período. Cada uma dessas unidades possuía objetivos de política externa relacionados com a sua sobrevivência e ampliação de poder como entidade soberana. esses objetivos de política externa eram operacionalizados por meio de diferentes estratégias de atuação diplomática, que variavam de acordo com as capacidades de cada reino e com as realidades políticas globais do Ocidente tardo-antigo. Desse modo o autor nos informa que só se pode compreender adequadamente uma determinada estratégia diplomática de um reino a partir do contexto político mais amplo da realidade verificada nas demais unidades soberanas do período. Por essa razão, Zétola, opta por contemplar os objetivos de política externa e as atuações diplomáticas de todos os principais contendores tardo-antigos.

Neste capítulo ele expos uma visão de conjunto com relação aos sucessos que ocorriam nas principais unidades político soberanas do Ocidente tardo-antigo, bem como no Império, que terá estreitas relações com essas unidades. Com este esforço ele evidenciou que as opções de política externa que um soberano tomava formavam parte de um contexto político mais amplo, de um sistema internacional, em que processos políticos ocorridos em determinada unidade desencadeavam reações políticas nas demais. Desse modo, os monarcas precisavam estar atentos ao que se passava não apenas com os reinos lindeirios, mas também com os demais contendores do período, para que tivessem um apropriado conhecimento das alianças que poderiam formar, bem como dos recursos diplomáticos mais adequados para cada ocasião. Por outro lado, o autor chega a conclusão de que a formulação da política externa também está condicionada às vicissitudes políticas internas de cada unidade soberana. Por conseguinte, o mesmo, descreveu os conflitos internos que havia em cada uma dessas unidades pelo exercício do poder soberano de estabelecer relações diplomáticas.

No último capítulo são analisadas as implicações da atividade diplomática para a legitimação do poder de diversas autoridades do período. Segundo o autor, monarcas, bispos, nobres e papas possuíam na gestão dos assuntos externos da *res publica* um importante recurso de poder. Evidentemente, que, se uma atividade serve para legitimar um poder, seu descuro também pode ser usado contra esse poder, de modo que a atuação diplomática constituía um campo ideológico do qual indivíduos retiravam elementos simbólicos contra ou a favor de determinadas

autoridades. Nesse capítulo, o mesmo, concluiu uma trajetória de demonstrar que as relações diplomáticas não são elemento acessório à política, mas um traço constitutivo da própria concepção de política e de poder na Antiguidade Tardia

Para Zétola do mesmo modo que para a nobreza laica, a prática diplomática abria a oportunidade para a nobreza eclesiástica exercer e exibir suas habilidades naquela função social que lhe cabia. No primeiro caso, trata-se da função político-militar. A um nobre esperava-se que auxiliasse o monarca a tratar dos assuntos políticos do reino, para o que poucos momentos eram mais oportunos do que o da negociação de temas de política externa com outras unidades políticas soberanas. No caso da nobreza eclesiástica, considerando a natureza universalizante do cristianismo, caiba-lhes zelar pelo bem da comunidade cristã como um todo, de modo que deveriam se ocupar não apenas das questões religiosas internas, mas também, na medida do possível, da conversão de populações hereges e pagãs e do entendimento entre as populações cristãs de todas as *gentes*.

Por fim o autor trás suas conclusões parciais sobre seu título e nos afirma que servindo como importantíssimo veículo de legitimação de poder na Antiguidade Tardia, as relações diplomáticas longe estavam de ser um epifenômeno ou um componente acessório da política da época; representavam um de seus elementos constitutivos mais importantes. Por ser um elemento constitutivo do mundo da política, a diplomacia era utilizada por diversos agentes e por variadas formas, servindo a numerosos fins, geralmente relacionados à questão do poder e do prestígio, isto é, da legitimação social. Segundo o mesmo este fato fica ainda mais nítido ao recordarmos que, nos parâmetros políticos da Antiguidade Tardia, as relações diplomáticas ocorriam, sobretudo, no âmbito das relações interpessoais, conduzidas de acordo com as virtudes, afinidades e sensibilidades de cada agente encarregado de executar a política externa.